

Sobre o Balanço Patrimonial da empresa do último exercício social e a comprovação da Notória Especialização

Agradecemos o interesse em nossos cursos, com destaque para o programa *Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas - Área: Governança e Gestão Pública*.

Esclarecemos que o Instituto Internacional de Inovação em Políticas Públicas e Soluções (Instituto 3IPES), embora esteja em fase inicial de operação, conta com uma equipe de professores extremamente reconhecida, cujos currículos evidenciam expertise e notoriedade em suas respectivas áreas de atuação. Por esse motivo, a instituição ainda não apresenta registros de faturamento nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, estando em processo de estruturação para atender, com excelência, às demandas dos seus contratantes

Adicionalmente, informamos que a comprovação da capacidade técnica profissional é suprida com a apresentação dos currículos dos professores, conforme detalhado abaixo. Entre os destaques, figuram os diretores Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Sebastião Helvécio Castro de Ramos.

Ademais, destacam-se na gestão, coordenação e supervisão acadêmica os professores: Marcelo Barros Gomes, Pedro de Abreu e Lima Florêncio, Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos, Leonardo Rodrigues Albernaz e Mércia Helena Siqueira Abinagem, cujos currículos encontram-se no rol a seguir.

CORPO DE PROFESSORES

ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0920156694472694>

É fundador e CEO da empresa ASV Infra Partners – Consultoria em Infraestrutura, especializada em assessoria e consultoria estratégica, técnica, econômico-financeira, regulatória, prospecção de projetos na área de Parcerias Público-Privadas – PPP e concessões de serviços públicos no setor de infraestrutura, gerenciamento e coordenação de estruturação de Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-Financeira e Ambiental – EVTEA e de projetos de PPP e concessões, relicitações, mediações, dispute

boards e arbitragens em ativos de infraestrutura. É um dos maiores especialistas nesses temas do Brasil. Ficou à frente das secretarias do Tribunal de Contas da União – TCU que acompanha as desestatizações e parcerias por mais de 15 anos e liderou o Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) de julho de 2016 a julho de 2019, experiências que lhe conferem ser o único profissional com as duas visões em cargos máximos do controle e de gestor. Bacharel em engenharia mecânica, pós-graduado em Controle Externo e em Regulação de Serviços Públicos. Apresentou as oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil em diversos Roadshows nacionais e internacionais (Estados Unidos da América, China, Rússia, Alemanha, Espanha, Hong Kong, Portugal, Noruega, entre outros). Ministra diversos cursos acerca do tema regulação, PPP e concessões de serviços públicos. É professor do Curso MBA PPP e Concessões da FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e membro titular do Comitê de Regulação de Infraestrutura Rodoviária da FGV/Rio. É palestrante, debatedor e expositor em diversos seminários e eventos sobre infraestrutura, regulação e concessão de serviços públicos e PPP, dentre outros temas afetos. Publica com regularidade artigos sobre esses temas.

ALEXANDRE MESSA PEIXOTO DA SILVA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7112848989343045>

Atualmente é Secretário-Adjunto de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE), do Ministério da Economia. Foi Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) entre janeiro e maio de 2019, e Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) entre 2017 e 2018. Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2001), mestrado em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2004) e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (2011). Possui diversos artigos publicados nas áreas de política comercial e produtividade. Trabalha como pesquisador do Ipea desde 2004, onde publicou o livro A Política Comercial Brasileira em Análise.

ÁLVARO DO CANTO CAPAGIO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1127340091142696>

Especialista em Regulação – Direito, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, onde exerceu as seguintes funções gerenciais: Gerente Executivo; Gerente Substituto de Informação; Coordenador Substituto de Fiscalização do Rio de Janeiro/Espírito Santo; Coordenador de Procedimentos Disciplinares e Responsabilização de Pessoas Jurídicas; Coordenador de Gestão e Aperfeiçoamento Correcional e; Coordenador de Estudos e Inovações Regulatórias, unidade da Superintendência de Concessão da infraestrutura incumbida do aperfeiçoamento de editais de licitações e contratos de concessão de infraestrutura federal de transportes terrestres, de acordo com as práticas e referências internacionais, inclusive a realização de análise de impacto regulatório, matriz de riscos e modelos de fiscalização contratual. É responsável pela concepção dos procedimentos de avaliação da conformidade mediante inspeção de projetos e obras e certificação de sistemas de gestão da qualidade, ambiental e segurança viária nos mais recentes contratos de concessão de

infraestrutura. É Coordenador do Acordo de Cooperação Técnica n. 4/2022, celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, para o desenvolvimento de parâmetros de qualidade e segurança com vistas à avaliação da conformidade de projetos e obras de infraestrutura pública federal por organismos acreditados.

ANA CAROLINA TANNURI LAFERTÉ MARINHO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2039997956883299>

Advogada da União (AGU) desde 2006, com ampla experiência em direito constitucional, administrativo e regulação. Mestranda em Regulação e Políticas Públicas na Universidade de Brasília – UNB. Atualmente, atua como assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Atuou como chefe da equipe jurídica da Presidência da República nas áreas de infraestrutura, parcerias público-privadas e desestatizações, entre 2018 e 2021. Foi Consultora Jurídica do Ministério de Minas e Energia e Assessora Especial na Secretaria de Desestatizações, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia. Ex-membro da Câmara Nacional de Infraestrutura e Regulação da Advocacia-Geral da União. Ex-conselheira de administração da Eletrobras SA, da Pré-Sal Petróleo SA, da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN.

ANDRE LUIZ CAMPOS DE ANDRADE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9672894160289726>

Especialista em financiamento, planejamento e governança climática e ambiental, André é economista e Doutor em Ciência Política, com ampla experiência na análise e formulação de políticas públicas voltadas para a mitigação, adaptação às mudanças climáticas e finanças sustentáveis. É membro da carreira federal de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) desde 2006. Profissional pragmático e orientado para resultados, com habilidades comprovadas em gestão, assessoria, articulação institucional e colegiados governamentais. Desde março de 2023, é Diretor do Departamento de Governança Climática e Articulação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, já tendo atuado em diferentes órgãos do governo federal brasileiro, como Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério da Defesa. Proficiente em estabelecer parcerias com entidades

governamentais, setor privado e sociedade civil. Experiência em liderança estratégica e coordenação de iniciativas em governança climática e articulação. Possui interesse na elaboração, planejamento, coordenação e articulação das políticas públicas relacionadas a desenvolvimento econômico, clima, meio ambiente e recursos naturais assim como em pesquisas relacionadas aos temas de interesse.

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL

Lattes: Não localizado

Formado em Administração e Direito. Auditor da Controladoria Geral da União desde 2022, onde desempenhou funções relevantes de auditoria e direção na Secretaria Federal de Controle Interno.

Representou a CGU em diferentes fóruns e grupos de trabalho regionais e globais, como o REOGCI e a CPLP. Foi responsável por conduzir as normas de auditoria interna aos padrões internacionais dentro da CGU, sendo o modelo replicado em grande parte pelos Entes Federativos e auditores dos outros poderes. Experiência prévia no mercado financeiro antes do serviço público. Auditor na CGU desde 2002 onde ocupou funções de dirigente em diversas áreas de auditoria: Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Administração Fazendária da Administração Direta e da Indireta. Ex-Secretário Federal de Controle

Interno/CGU entre 2016 a 2022. Ex-Assessor de Controle Interno no Ministério da Fazenda. Representante brasileiro nos fóruns de controle interno do Mercosul e Países da Língua Portuguesa entre 2016 a 2022. Foi presidente do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União entre 2019 e 2020. Presidiu as reuniões da Comissão de Coordenação de Controle Interno na União entre 2016 a 2022

ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2905141999271290>

Graduação em Economia (UFRJ) e Direito (UNB), MBA em Administração Financeira (FGV), Mestrado em Administração Pública (UFLA) e Mestrado em Defesa e Segurança Hemisférica no Inter-American Defense College (Washington-DC/USA). É Auditor Federal de Finanças e Controle do Tesouro Nacional desde 1998 e ocupou diversos cargos no Governo Federal e em governos subnacionais, dentre eles: Secretário Executivo do Ministério do Esporte, Secretário Executivo do Ministério da Educação,

Secretário de Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa, Secretário Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República e Secretário de Gestão do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Foi diretor do IRB Brasil RE e do Rioprevidencia, bem como foi Superintendente Executivo da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás, Secretário de Gestão Administrativa do Governo do Distrito Federal e Secretário Adjunto de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7093810314077600>

Cristiano Rocha Heckert possui graduação (1999), mestrado (2001) e doutorado (2008) em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). É Gerente Senior de Desenvolvimento de Negócios para Setor Público na América Latina na Amazon Web Services (AWS) desde junho/2024. Atuou por 18 anos no governo federal brasileiro na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, aprovado em 1 lugar no concurso 2005, onde ocupou diversos cargos, dentre eles: Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe (2022-2023), Secretário de Gestão no Ministério da Economia

(2019-2022), Secretário de Modernização e Gestão Estratégica no Ministério Público Federal (2016-2017), Secretário de Logística e Tecnologia da Informação no Ministério do Planejamento (2015-2016) e Secretário de Gestão Estratégica no Conselho Nacional do Ministério Público (2012-2015). É professor de temas relacionados a gestão pública na ABOP, ENAP, FGV e IBGP. É autor do livro "Contratações de TI: O Jogo", em conjunto com Antonio Fernandes Soares Netto, Ed. Negócios Públicos, 2017.

DAGOMAR HENRIQUES LIMA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3741775012170713>

Profissional com ampla experiência, primeiro no controle interno e depois no controle externo da administração pública. Autor e coautor de diversos documentos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive do Manual de Auditoria Operacional. Atualmente é coordenador de ações de controle na Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável do TCU, organização na qual exerceu as funções de Secretário

de Métodos e Suporte ao Controle Externo, especialista sênior, assessor e diretor técnico. Membro de grupos técnicos da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores onde presidiu o Subcomitê de Auditoria de Desempenho (2013-2016). Avaliador de qualidade de auditoria da Iniciativa da Intosai para o desenvolvimento (IDI). Educador do Programa de Educação Profissional para Auditores de EFS da Iniciativa da Intosai para o Desenvolvimento (PESA-P/IDI). Membro do Subcomitê de Normas de Auditoria Pública do Instituto Rui Barbosa (2014 a 2021). Mestre em Administração, na área de inovação e estratégia pela Universidade de Brasília.

Especialista em Avaliação da Gestão Pública. Graduado em estatística. Executou e supervisionou auditorias em organizações e em programas do governo brasileiro. Atuou como estatístico em órgãos dos três poderes.

DANIEL GONÇALVES DE OLIVEIRA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6392195653145335>

Especialista em Direitos Humanos, mestre e doutor em Comunicação e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB). Foi assessor de comunicação e de projetos na Presidência da República - Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), coordenando o Plano Nacional de Direitos Humanos da pasta. Trabalhou como coordenador nacional de

comunicação da ONG internacional Cáritas Brasileira e como gerente de mobilização de mídia na ANDI - Comunicação e Direitos. Atuou também como editor no Centro de Estudos do Terceiro Setor da FGV-SP e como coordenador do Portal Setor3 sobre entidades não governamentais. Foi repórter de direitos humanos e temáticas sociais no jornal Notícias Populares e colaborador de política da Folha de S. Paulo (Caderno Brasil). Foi consultor do programa interministerial Água para Todos por meio da OEA/IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e atuou como consultor independente no Brasil da ONG norte-americana Fair Trade USA. Lecionou nas disciplinas Webjornalismo, Comunicação e Empreendedorismo e Novas Tecnologias na FAC - Faculdade de Comunicação da UnB e leciona Assessoria de Comunicação Digital na Pós-Graduação Centro Universitário IESB - onde também foi coordenador da Pós-Graduação em Jornalismo Digital e Produção Multimídia. Foi gerente na agência FSB Comunicação atendendo grandes empresas privadas e organizações não-governamentais nas áreas de políticas públicas, relações públicas, gestão de crise de imagem e reposicionamento

de marca. Especialista em design e marketing digital, na agência também coordenou projetos estratégicos de mídias sociais, reputação digital das organizações e SEO - Search Engine Optimization (2020-2023). Atualmente atua na assessoria de comunicação da NTU - Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos em temáticas como sustentabilidade, políticas públicas e mobilidade urbana. É pesquisador e colaborador do Instituto de Design PPG/UnB onde desenvolve pesquisas sobre design, comunicação e direitos humanos e atua como professor de mestrado na instituição.

DANIEL PICOLO CATELLI

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7878916741374466>

Doutorando em Estado de Derecho y Gobernanza Global - Universidad de Salamanca - ES. Mestre em Administração Pública – IDP Especialista em Direito Administrativo – Focus e em Direito Processual – Unama Procurador Federal onde ocupou funções de dirigente em diversas áreas; Conselheiro do Conselho de Ética da Rede Governança Brasil. Vice-Presidente da Associação Nacional de Compliance - ANACO. Presidente da Comissão de Governança e ESG do Instituto Ibero-americano de Compliance – IIAC. Supervisor Acadêmico do MBA em Governança Pública da Ebradi. É membro da Comissão de Compliance, Governança Corporativa e ESG da

OAB/DF. Acadêmico da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura – Abrasci, fundada em 1910, ocupando a cadeira no 08, patroneada por José Carlos Moreira Alves. Está no serviço público desde 2003, atuando em cargos de gestão e da área jurídica em mais de dez órgãos públicos, tais como a Casa Civil da Presidência da República, Secretaria Nacional do Consumidor, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Aviação Civil, Escola Nacional de Administração Pública, dentre outros, tendo ocupado as posições de liderança de Secretário, Diretor, Coordenador- Geral, Gerente de Projetos, Assessor Especial e Procurador-Chefe, dentre outros. Realizou estudos complementares na Harvard Kennedy School, Università degli Studi di Roma "Tor Vergata" e Universidad de Salamanca, dentre outras instituições. É professor e palestrante nas áreas de Governança, Compliance, ESG e Direito Administrativo, tendo ministrado cursos e treinamentos na Enap, ESMPU, EAGU, IDP, IESLA, EBRADI, IGCP e IBGR, dentre outros.

DAYSON PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1408570077700929>

Mestre e doutorando em Economia (UnB). Especialista em Orçamento Público (ISC/TCU). Bacharel em Ciências Contábeis (UFCCG). Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Exerceu os cargos de Analista de Planejamento e Orçamento da SOF e Auditor de Controle Externo do TCU. Foi membro titular da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF). Vencedor dos prêmios SOF (2012 e 2021) e Tesouro Nacional (2017) de Monografias.

DIONE MARY DE CERQUEIRA BARBOSA

Lattes: Não localizado

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, MBA em Auditoria pela FGV-DF. Especialista em Gestão do Conhecimento pela PUC-PR e Gestão da Educação Corporativa pela Gama Filho-RJ. Master em Nuevas Tecnologías aplicadas a la educación pela universidade de Málaga-Espanha. Trabalha no Tribunal de Contas da União, onde atuou nas áreas de fiscalização, planejamento e gestão institucional, educação corporativa, assessoria de ministro, Secretária de Controle Externo e

atualmente ocupa a função de Auditora-Chefe da Unidade de Tomada de Contas Especiais.

EDISON FRANKLIN ALMEIDA

Lattes: Não localizado

Atual Secretário de Auditoria Interna do TCU, Administrador, pós-graduado em Avaliação de Políticas Públicas e em Gestão Estratégica do Conhecimento. Auditor do TCU há 30 anos. Atuou como auditor interno e de controle externo, líder de unidades diversas. Atuou como gerente de projeto, secretário de controle externo, diretor de planejamento de auditorias, diretor de capacitação de auditores, assessor de ministro, secretário-geral adjunto. Foi membro do comitê de governança do TCU e instrutor do Instituto Serzedelo Correia. Representou o TCU junto a vários comitês técnicos, como o Comitê de Controles Internos da Intosai e o

Comitê de Coordenação do MMD-TC-Atricon. Facilitador e palestrante nas temáticas do controle externo, gestão e governança pública, gestão de riscos e controle internos.

ELISE SUELI PEREIRA GONÇALVES

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0753466170478233>

Servidora desde 2008 e integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2012. Ao longo da carreira, tem atuado principalmente nas áreas de políticas de gestão, inovação, governo digital, governança e planejamento governamental, conectando pessoas e ideias. Em 2023, atuou como Subsecretária Central de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, na Secretaria da Economia do Estado de Goiás, com destaque para estruturação do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças – SIPOFE e a elaboração do PPA 2024-2027 naquele Estado.

Anteriormente, atuou por quatro anos como Secretária-Adjunta de Gestão, na Secretaria de Gestão, no então Ministério da Economia.

Ainda, desempenhou a função de Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos/MPOG (2017-19), Coordenadora-geral de Dados e Serviços Públicos Digitais/MPOG (2016-17), Gerente de Projetos na Assessoria Especial para Modernização da Gestão/MPOG (2015). Tem atuado como mentora no Programa LideraGov (2022) e LideraGov 4.0 - edição extraordinária para pessoas negras (2024) e

Conselheira Fiscal da Funpresp (suplente). Algumas iniciativas e resultados dos quais participou ao longo dos anos: Programa TransformaGov (soluções, salas 360° e Consultoria Executiva), Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil para 2020-2031 (Dec. no 10.531/2020), aperfeiçoamento da gestão de cargos e funções (Lei no 14.204/2021, Dec. no 10.829/2021), Programa Racionaliza (compartilhamento de espaços), Institucionalização do Sistema de Gestão de Parcerias da União – Sigpar e Cadastro Integrado de Projetos de Investimento – CIPI, Política de Dados Abertos (Dec. no 8.777/2016); além do PPA 2024-2027 (Goiás). É Bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (habilitação em Publicidade e Propaganda) (2005), com Pós- graduação Lato Sensu em Gestão Pública, Fac. Projeção. (2009).

FRANCISCO GAETANI

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4417145638079401>

Doutor em Administração Pública pelo Departamento de Governo da London School of Economics and Political Science (LSE), Mestre em Administração Pública e Políticas Públicas também pela LSE, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG). Professor do Mestrado Profissionalizante em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE/FGV), além de professor permanente do Instituto Rio Branco e da Escola Nacional de Administração Pública.

Gaetani trabalhou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo ocupado, entre outros, o cargo de responsável pela área de governança e de coordenador-geral das ações do PNUD no Brasil. Desempenhou as funções de diretor da Escola de Governo de Minas Gerais – Fundação João Pinheiro; assessor de Planejamento Acadêmico da UFMG; assessor de Planejamento da Companhia Vale do Rio Doce; e gerente de Projetos da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais. Na Administração Pública Federal desempenhou cargos de Secretário-executivo, Secretário-Executivo Adjunto e Secretário Nacional de Gestão do Ministério do Planejamento. Foi também Secretário- Executivo no Ministério do Meio Ambiente. Presidiu a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Teve passagens pelos Conselhos de Administração do Banco do Brasil, BNDES, FINEP, EPE, Eletronorte, Hospital das Clínicas de Porto Alegre.

Atualmente, atua como Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI.

GLÁUCIA ALVES MACEDO

Lattes: Não localizado

Gláucia Macedo é economista com mestrado em Demografia, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atuou por 14 anos nas três esferas de governo com as temáticas de gestão estratégica, gestão da informação e M&A de políticas públicas, assumindo cargos de liderança como subsecretária no governo do estado de Minas Gerais no Escritório de Prioridades Estratégicas (2011-14) e secretária municipal de gestão estratégica de Niterói (2015-18). Nos últimos 6 anos tem atuado no 3o setor com foco em projetos de apoio à qualificação da gestão pública e de políticas públicas, atualmente é Gerente Geral Programática do Instituto humanize.

Heitor Silveira Freitas

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3785352560099846>

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2006). Especialista em auditoria financeira pela UnB/ISC-TCU. Ocupa o cargo de auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União, exercendo a função de Diretor de Auditoria Financeira da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública. Possui linha de pesquisa orientada à contabilidade pública e ao controle da gestão pública.

HOMERO BARBOSA REIS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8253630161939947>

Master Coach Internacional acreditado pela FICOP - ABCOP; Consultor Sênior; Mestre em Educação; Coach Ontológico Empresarial pela Newfield Consulting – Venezuela e Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey - México; Coaching Executivo Internacional; Psicanalista Clínico – SPOB; Pós Graduado em Recursos Humanos; Bacharel em Administração de Empresas, Administração Pública; Credenciado entre 2019 e 2022 pelo ICF (Internacional Coach Federation, a maior associação global de coaches) Professional Certified Coach - PCC; Palestrante e escritor. Como palestrante e facilitador tem percorrido o Brasil, desde 1977

atendendo a inúmeros clientes, alcançando cerca de mais de 500.000 pessoas. Como coach tem atendido a inúmeras organizações tais como TCU, SENADO FEDERAL, SERPRO, CAIXA SEGURADORA, CNMP, CENTRUS, SEBRAE-PREV, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, TRT, MPDFT, dentre outros (ver relação de clientes). Nesses atendimentos tem atuado como coach individual e coletivo, alcançando mais de 3.000 horas de atendimento documentadas. É um dos pioneiros no Brasil na utilização, implantação e pesquisa sobre coach, sendo autor de inúmeras obras sobre o tema, tais como: Coaching Ontológico – a teoria da decisão (2010); Coaching Ontológico – a doutrina fundamental (2011); Sabedoria, a competência perdida (2012); Branca de Neve e os Sistemas Gerenciais (2013); Ser, Aprender, Transformar, em co-autoria com Margarita Morales e Thirza Reis (2015), Gente Inteligente sabe se relacionar (2016); Gente Inteligente se olha no espelho (2017), dentre outros. Como pesquisador é um dos criadores do instrumento de medida da Inteligência relacional (<http://www.homeroreis.com/teste-inteligencia-relacional/>), instrumento que estabelece os padrões de excelência para os relacionamentos humanos em sistemas complexos, tais como empresas, organizações, etc. É o idealizador e realizador do programa de Pós-Graduação em Coaching, lato-sensu, credenciado pelo MEC, desde 2012. Escreveu como colunista para vários veículos de comunicação como Correio Brasiliense, Estado de Minas, Diário Catarinense, Estadode São Paulo e tem sido usado como fonte de revistas tais como Você S/A, Você RH, Revista N Respostas, Portal Admite-se, dentre outros sobre temas ligados a coaching, relacionamento humano e equipe de alto-desempenho. Tem participado como conferencista em eventos nacionais e internacionais para públicos com mais de 2.500 pessoas, atuando em vários congressos, da ABRH, CRA-DF, ICF USA. É presidente da Homero Reis Relações Inteligentes e Coaching, atuando como produtor de conteúdos, facilitador em seminários e coaching individual.

HUMBERTO FERNANDES DE MOURA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8233975083977971>

Mestre e Doutor em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – Uniceub
Procurador Federal desde 2002, tendo passagens pelo FNDE, Ministério Público do trabalho e Instituto brasileiro de Museus

Ex- Coordenador de Matéria Finalística da Procuradoria Regional Federal da primeira região, momento em que trabalho diretamente com a defesa judicial de grandes empreendimentos do PAC, bem como outras políticas públicas nacionais como o ENEM. Ex-Consultor Jurídico Adjunto do Ministério do Esporte, momento em que participou da elaboração dos marcos normativos da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas RiO 2016 Ex-Subchefe Adjunto Executivo da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, oportunidade em que auxiliou na coordenação da equipe jurídica de Assessoramento da Presidência da

República. Professor do Centro Universitário de Brasília de 2004 a 2020. Atualmente, Coordenador de Matéria Finalística da Procuradoria Federal junto ao INEP e Professor de Direito Eleitoral do IMP concursos e mentor associado ao Gran Cursos online Autor das obras: Princípios Constitucionais do Processo penal (2006), Políticas Públicas e Análise Econômica do Direito e Proporcionalidade e Eficiência. Uma análise no contexto da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Co-autor de outras obras jurídicas em Direito administrativos e Direito Penal.

ISMAEL NORONHA DE CASTRO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4907980201804787>

Consultor Legislativo do Senado Federal, na Área de Direito Tributário, aprovado em 1o lugar. Analista de Comércio Exterior no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, de 2013 a 2023. Pós graduação em Orçamento Público e Direito Tributário; Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Goiás - UFG;

ISMAR BARBOSA CRUZ

Lattes: Não localizado

Consultor e professor nas áreas de auditoria, controle, governança do setor público e gestão de riscos;ex-Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União;ex-Auditor Federal de Controle Externo do TCU;bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB;MBA em Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas;com 40 anos de experiência em controle e auditoria do setor público (controles interno e externo);palestrante em eventos nacionais e internacionais nas áreas de especialização;ocupou diversos cargos gerenciais nas áreas de auditoria e fiscalização nos Sistemas de Controle Interno e Externo;ministra regularmente cursos seguintes temas:auditoria governamental, responsabilização de agentes públicos, tomada de contas especial, obras públicas,licitações, governança e gestão de riscos.

JEOVAN ASSIS DA SILVA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0586059439129313>

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade de Brasília. Professor Doutor de Gestão e Administração Pública na Universidade do Distrito Federal (UnDF - GDF). Mestre e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal - UDF (2008). Membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Ministério da Gestão e Inovação, já tendo desempenhado funções de assessoramento na Escola Nacional de Administração Pública, no Ministério da Fazenda, no Conselho Nacional de Justiça e na Secretaria Especial de Modernização do Estado da Presidência da República. Realiza pesquisas sobre as relações entre Poder Executivo e Judiciário, com ênfase nas relações entre tribunais e agências reguladoras. Tem realizado estudos sobre gestão, modernização e aprimoramento da governança em instituições públicas.

JOÃO MENDES DA ROCHA NETO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9946159575201209>

Possui graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1993), Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1997) e Doutorado em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Concluiu o estágio pós doutoral junto ao Centro de Estudos em Gestão e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra em 2014. Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília, na área de Administração Pública e Políticas Públicas. Foi professor do curso de Geografia da Universidade Aberta do Brasil/UnB nas áreas de Geografia Humana, Geografia Econômica, Teoria e Método do Ensino de Geografia. É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços, cedido ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, onde ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. Tem experiência na área de relações federativas, capacidades institucionais, gestão local, coordenação e fragmentação de políticas públicas, desenvolvimento urbano e regional, transportes, turismo e ordenamento do território

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5889742384284891>

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Advogado e professor de direito administrativo. É consultor, escritor, conferencista e palestrante com renome nacional e internacional, além de fundador do

escritório Jacoby Fernandes Reolon Advogados Associados. Atuou em diversas funções públicas, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10 Região e Administrador Postal da ECT. Também é Membro Benemérito do Instituto Amazonense do Direito Administrativo IADA, do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS, Membro Honorário do Instituto Nacional da Contratação Pública - INCP e consultor cadastrado no Banco Mundial. Como conferencista e palestrante é um dos profissionais mais solicitados no ramo, onde ministra diversos cursos, congressos e seminários em todo o país. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Tratado de Licitações e Contratos Administrativos, Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei n 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. Possui graduação em Administração Postal pela Escola Superior de Administração Postal (1980), graduação em Direito pela Associação e Ensino Unificado do Distrito Federal (1984), Pós- Graduação em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1986) e mestrado em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Atualmente é diretor presidente do escritório Jacoby Fernandes Reolon Advogados Associados.

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Lattes: Não localizado

Professora Doutora de Direito Econômico e Regulação Econômica da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). Co-diretora regional da Academic Society for Competition Law. Foi Visiting Scholar da Georgetown University Law School, com bolsa da American Bar Association. Foi Secretária Nacional do Consumidor, Diretora do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, Presidente do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça e Segurança Pública. É Ex-Procuradora-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9990557885143126>

Graduado em Engenharia Elétrica (Unicamp), Especialista em Análise e Avaliação de Políticas Públicas (ISC/TCU) e Mestrando em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento (IDP). Atuou como Gestor de Planejamento e Orçamento na Secretaria de Fazenda e na Agência de Administração e Negócios Públicos de Goiás. Auditor Federal de Controle Externo no TCU desde 2008, com experiência profissional nas áreas de planejamento e orçamento; governança; administração e finanças públicas; renúncias tributárias, subsídios financeiros e creditícios; dívida pública; regras fiscais; auditoria nas contas públicas. Foi Gerente de Projeto de Cooperação Internacional TCU – OCDE para fortalecimento da governança Pública e Diretor de Fiscalização de Planejamento e Orçamento Público, antes de atuar como Secretário de Macroavaliação Governamental, de 2015 a 2020.

Foi Secretário-Geral de Controle Externo do TCU no biênio 2021/2022. Atualmente, exerce a função de Secretário de Planejamento, Governança e Gestão do TCU. Escreve e fala sobre contas públicas, regras fiscais, governança e administração pública, planejamento, métricas de desempenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4179253485896461>

Professor, palestrante, conselheiro de empresas e gestor público. Mestre em Gestão de Empresas pela INDEG Business School, Portugal. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em Regulação do Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Curso Superior de Política e Estratégica, pela Escola Superior de Guerra (ESG), e de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, pelo Departamento de Polícia Federal (DPF). Cursos de Extensão na Ohio University, Northwestern University (The Kellogg School of Management) e University of Pennsylvania (The Wharton School). Professor da Escola de Gestão e Políticas Públicas do estado do Rio de Janeiro (EGPP). Artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais nas áreas de gestão e mercado de capitais. Servidor Público Federal desde 2001 (Ministério da Fazenda). Membro dos Grupos de Trabalho de Transição do Governo Federal nos períodos 2010/2011, 2014/2015 e 2022/2023. Coordenador de Programas de Assistência Técnica junto a organismos internacionais (ONU, BID e Banco Mundial). Presidente da

Comissão de Ética da CVM entre 2010 e 2016. Diretor substituto do Colegiado da CVM entre 2014 e 2016. Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM entre 2004 e 2006, e de Planejamento entre 2009 e 2018. Membro do Subcomitê de Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Representante do Brasil junto a organismos internacionais (Working Group on Systemic Risk da IOSCO). Membro de Conselhos de Administração e Fiscal. Coordenador de Grupo de Trabalho da Presidência da República (Doing Business) entre 2019 e 2020. No Ministério da Economia, ocupou o cargo de Secretário Nacional de Gestão e Desempenho de Pessoal até junho de 2022, quando assumiu a posição de Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Desde janeiro de 2023, atua como Secretário Executivo da Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo.

LUIZ GUSTAVO GOMES ANDRIOLI

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4179253485896461>

Formado em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea (1993) e em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (2007), com pós-graduação em Direito Ambiental pela PUC-PR (2008), é Auditor Federal de Controle Externo no TCU desde 2000. Atuou como Secretário de Controle Externo no Paraná (2011-2014), Coordenador Geral de Controle Externo dos Estados (2017-2018) e Secretário Especial das Unidades do TCU nos Estados e do TCU no Paraná (2021-2022). Atualmente, é Assessor da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos, sendo responsável pela estratégia de Participação Cidadã no TCU. Possui experiência como instrutor em instituições renomadas, ministrando cursos em áreas como licitações, contratos

MARCELO BARROS GOMES

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6574366322673806>

Mestre em Administração Pública e Políticas Públicas pela (LSE-UK) Auditor do TCU desde 1995 onde ocupou Funções de dirigente em diversas áreas:Regulação de Telecom e Ennicolaergia; Macroavaliação Governamental e Contas de Governo;Social e Região Nordeste;Resultados de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico. Ex-Subchefe da SAG Casa Civil Ex-Secretário Especial da Casa Civil Coordenador do Comitê Gestor Brasil-OCDE e Secretário Executivo do Conselho de Ministros Brasil-OCDE (2019-2021) Auditor do Tribunal de

Contas da União desde 1995, onde desempenhou funções relevantes de direção na Secretaria Geral de Controle Externo. Representou o TCU em diferentes fóruns e grupos de trabalho regionais e globais. Foi dirigente nas áreas de Regulação de Telecom e Energia;

Macroavaliação Governamental e Contas de Governo; Social e Região Nordeste; Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico. Atualmente é Assessor Sênior para Parcerias com Organismos Multilaterais. Ocupou a função de Subchefe da Ação Governamental (SAG) e de Secretário Especial de Relacionamento Externo (Serex) na Casa Civil da Presidência da República (2019-2021). Foi Coordenador do Comitê Gestor Brasil-OCDE e Secretário Executivo do Conselho de Ministros Brasil-OCDE (2019-2021) Mestre em Administração Pública e Políticas Públicas pela London School of Economics and Political Science (LSE). Escreve e fala sobre Transformação do Estado, Controle, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Regional, OCDE e Organismos Multilaterais, Gestão e Governança de Políticas Públicas, Cooperação Internacional, Centro de Governo, Governança, PPPs e Regulação, Inovação, Competitividade e Produtividade.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3043623887761855>

Mestre em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB), bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília.

É Sócio das áreas de Investigações Corporativas (Concorrencial, Compliance e Comércio Internacional) e de Direito Público e Regulatório do Demarest. Tem mais de 20 anos de experiência trabalhando com questões regulatórias, formulação de políticas públicas e desenvolvimento de reformas econômicas em órgãos públicos federais, como Secretário Executivo do Ministério da Economia (2019-2022), Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) da Casa Civil da Presidência da República (2016-2018), Diretor-Presidente (2011-2016) e Diretor de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC (2007-2010).

Chefe de delegação e delegado de diversas missões internacionais, principalmente junto à Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) e à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foi Presidente da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil

(CLAC) de 2013 a 2015. Foi ainda membro do conselho de administração das empresas PPSA, Brasilcap e BNDES.

MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA PINTO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/615774252982295>

Servidor público federal da carreira de Planejamento e Orçamento desde 2011, atuando no suporte à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, notadamente nas áreas de telecomunicações, economia e governo digitais, ciência, tecnologia e inovação e privacidade/proteção de dados. Atuou em cargos de assessoria, gerência e direção, com passagens pelo Ministério do Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação e Casa Civil da Presidência da República. Antes disso, teve 15 anos de experiência no setor de TICs na iniciativa privada, 8 deles no exterior. Atualmente é coordenador-geral de interoperabilidade na Secretaria de Governo Digital. Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Estadual de Londrina, com mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo IPEA. Escreve e fala sobre inovação e transformação digital.

MARCOS FERNANDES PASSOS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2837680882335270>

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas Servidor público federal da carreira de Planejamento e Orçamento desde 2011, tendo trabalhado no governo com políticas públicas em diversas áreas, notadamente CT&I, infraestrutura, economia e governo digitais, em cargos de assessoria, gerência e direção, com passagens pelo Ministério do Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação e Casa Civil da Presidência da República. Atualmente é coordenador-geral de interoperabilidade na Secretaria de Governo Digital. Servidor público federal da carreira de Planejamento e Orçamento desde 2011, atuando no suporte à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, notadamente nas áreas de telecomunicações, economia e governo digitais, ciência, tecnologia e inovação e privacidade/proteção de dados. Atuou em cargos de assessoria, gerência e direção, com passagens pelo Ministério do Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação e da Casa Civil da Presidência da República. Antes disso, teve 15 anos de experiência no setor de TICs na iniciativa privada, 8 deles no exterior. Atualmente é coordenador-geral de interoperabilidade na Secretaria de Governo Digital. Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Estadual de Londrina, com mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo

IPEA. Escreve e fala sobre inovação e transformação digital.

MARTHA SEILLIER

Lattes: Não localizado

Martha Seillier é servidora pública federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG. Graduada em Economia e em Direito, é também mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Ocupou, de 2011 a 2016, o cargo de Diretora do Departamento de Regulação e Concorrência da Aviação Civil, na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, onde atuou na estruturação das concessões de diversos aeroportos ao setor privado. Em 2016, se tornou Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil, da Presidência da República, e coordenou a estruturação da agenda de reformas estratégicas para o Governo Federal. Em janeiro de 2019 assumiu a Presidência da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO. Ainda em 2019, assumiu a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, do Ministério da Economia. Entre maio de 2022 e julho de 2023 exerceu o cargo de Diretora Executiva do Brasil e Suriname junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Washington – Estados Unidos.

MÉRCIA HELENA SIQUEIRA ABINAGEM

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5048923740647401>

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE/GO. Consultora nas áreas de Governança Pública e Controle Externo. Advogada. Professora Visitante (Consultora) do Banco Mundial.

Coautora de livro na área de Controle Externo e Tribunais de Contas. Coordenadora Acadêmica do Instituto Internacional de Inovação em Políticas Públicas e Soluções – Instituto 3IPES.

Foi diretora da área jurídica da FT Economics, empresa de consultoria em projetos na área governamental e econômica. No TCE/GO, atuou na Diretoria Jurídica como Diretora, assessora jurídica e advogada na área constitucional-administrativista.

Foi assessora do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás. No Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, foi servidora efetiva, assessora jurídica da Presidência e participou da implantação da primeira Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Pós-graduada em Direito Público; Direito Processual; Gestão Pública; e Controle Externo e Governança Pública. Membro da ACAD – Academia Goiana de Direito. Graduanda em Psicologia.

NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0598605383408193>

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia (2002), com Especialização em Pavimentação Rodoviária pela Universidade Federal da Bahia (2008), e graduado em Direito pelo Instituto de Ensino Superior Planalto (2012). Mestrando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União desde 2009, onde exerce a função de Secretário de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflito, responsável pela implantação da nova secretaria, que atua na construção de soluções consensuais não somente na área de infraestrutura, mas em todos os ramos do direito público, em temas de competência e jurisdição do TCU, de grande materialidade, relevância e risco, incluindo a área de acordos de leniência. No TCU, entre 2021 e 2022, foi Secretário Geral Adjunto de Controle Externo, participando do acompanhamento dos principais desafios do Controle Externo no âmbito federal. Representou a Segecex no Comitê Gestor de TI do TCU e é o Coordenador Setorial de Gestão de Riscos da Segecex, além de ter sido Secretário Executivo do Comitê de Coordenação das Desestatizações. Ademais, coordenou a Secretaria de Recursos do TCU; a Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o Controle Externo e Combate à Corrupção; a Secretaria de Gestão de Processos e as Secretarias do TCU nos 26 Estados. De 2019 a 2022 foi um dos representantes do TCU no Projeto Destrava, coordenado pelo CNJ, que tem por objetivo a retomada de obras paralisadas. Atualmente é o Coordenador da Rede Integrar, que conta com a participação dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, objetivando uma atuação integrada dos Tribunais de Contas para a realização de trabalhos conjuntos nas diversas políticas públicas, bem como é um dos responsáveis pelo tema participação cidadã no âmbito do TCU. Atuou em trabalhos nos vários ramos da infraestrutura urbana, rodoviária, metroviária e ferroviária, foi Assessor na Secretaria de Obras Hídricas e Ferroviárias, Diretor de Obras Hídricas, trabalhou no Gabinete do Ministro Benjamin Zymler, foi Secretário de Controle Externo do TCU no Estado da Bahia e coordenou a área de infraestrutura (Coinfra) entre 2017 e

2020. Na Coinfra, foi responsável pela atuação das 7 secretarias da área de infraestrutura, contemplando o planejamento e acompanhamento das ações de controle das seguintes áreas: Urbana; Rodovias e Aeroportos; Portos e Ferrovias; Petróleo; Elétrica; Comunicação, Mineração e Obras Hídricas; e Operações Especiais, responsável pelos processos de controle externo decorrente da operação lava-jato e acordos de leniência. Na ocasião, a gestão das secretarias permitiu o acompanhamento tanto de grandes processos de desestatização quanto de obras públicas executadas com recursos federais. A título de exemplo cita-se o leilão da Cessão Onerosa, considerado um dos maiores leilões do setor de óleo e gás do mundo, além de diversos leilões dos setores de rodovias, portos, aeroportos, prorrogações ferroviárias e setor elétrico. Na área de obras públicas cita-se grandes contratos como os da Petrobras para a construção das refinarias Renest e Comperj, bem como diversos outros para a construção da Ferrovia Norte Sul, Ferrovia de Integração Oeste Leste, Integração do Rio São Francisco, além de diversos outros contratos nos demais setores citados. Atuou como árbitro em procedimento com controvérsia na área de infraestrutura, envolvendo administração pública municipal e particular, não atuando em eventuais procedimentos que envolvam a utilização de recursos federais. Trabalhou na Controladoria Geral da União e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, sempre na área de infraestrutura. Foi Conselheiro da Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura / BA em 2007 e 2008.

ORLANDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5082932373540854>

Mestre em Computação Aplicada pela Universidade de Brasília-UnB, MBA em Admin. Estratégica de Sistema de Informação pela Fundação Getúlio Vargas - Matriz (2014) e graduação em Tecnólogo em processamento de dados pela Faculdade de Educação e Tecnologia Thereza Porto Marques (2002). Atualmente é analista de tecnologia da informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Serviços de TI, Gestão de Processos e Gestão de Projetos. E larga experiência na área de computação, com ênfase em engenharia de software, mineração de dados e mineração de processos. Possui também as seguintes certificações profissionais: Em Gestão de Projetos: - PMP - Project Manager Professional (Project Management Institute - PMI); Gestão de Desenvolvimento de

Software: -PSM-I Professional Scrum Master I (Scrum.org) Gestão de Serviços de TI: - ITIL V3 Foundation Certified Professional (EXIN Institute); - ISO/IEC 20000 Foundation Certified Professional (EXIN Institute); - ISO/IEC 27002 Foundation Certified Professional (EXIN Institute); Governança de TI: - COBIT Foundation Certified Professional (Information Systems Audit and Control Association - ISACA).

PAULO ROBERTO SIMÃO BIJOS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3497078512884565>

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Poder Legislativo pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara dos Deputados. Servidor público concursado, é Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Já exerceu os cargos de: Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento; Consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal; Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e Analista de Planejamento e Orçamento do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3203023232999948>

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal (EPPGG), com mais de 20 anos de experiência profissional nas áreas de direito econômico e regulatório. Exerceu os cargos de Secretário Especial- Adjunto da Secretaria de Relações Externas da Casa Civil, de Coordenador de Investigações de Práticas Anticompetitivas do Ministério da Fazenda e de Diretor de Projetos do Conselho Nacional de Justiça. É formado em Economia pela USP e em direito pelo Uniceub. Tem mestrado em Direito Econômico Internacional pela University of Warwick, no Reino-Unido, e doutorado em Direito Econômico pela mesma instituição.

RENATA MARIA SILVA RAMOS DE CASTRO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5847265208072916>

Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Especialista em Direito Público Global pela Universidad Castilla-La

Mancha; MBA em Gerenciamento de Projetos pelo IBMEC; Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015); Advogada, parecerista e professora. Presta consultoria e assessoramento técnico para entidades públicas e privadas. Conferencista e palestrante presente no Brasil e no Exterior, sempre tratando de temas ligados ao Direito Público e à Governança. Atua na capacitação de

servidores públicos de todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) ministrando cursos e treinamentos de Licitação e Contratos Administrativos, Pregão e Gestão Fiscal Responsável, Planejamento, Orçamentos e Controle da Administração Pública

RENATA SILVEIRA CARVALHO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5145567560186591>

Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (2000) e mestre em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília (2003). Pós-graduada em Arteterapia em Educação e Saúde (2010), Diplomacia, Políticas Públicas e Cooperação Internacional (2023) e Neurogestão organizacional (2024). Experiência em docência do ensino superior (graduação e pós-graduação) e em consultoria técnica para projetos de implantação de Políticas de Gestão de Pessoas, alinhamento de ações corporativas à estratégia institucional. Experiência em planejamento de pesquisa, produção de artigos científicos e análise estatística de dados. Servidora do Tribunal de Contas da União desde 2012, atuou nas áreas de capacitação, relações internacionais, auditoria e soluções consensuais na administração pública.

RENATO JORGE BROWN RIBEIRO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5018956894555215>

Administrador Público e Contabilista, Doutor em Educação, Mestre em Administração Pública, Especialista em Políticas Públicas, Especialista em Administração Financeira. Consultor de Orçamentos do Senado Federal, foi Secretário de Planejamento do DF, Diretor Financeiro da Terracap, Secretário Adjunto de Planejamento do DF, Secretário Municipal de Finanças PMN, Assessor da Presidência do BRDE, Diretor de Recursos Humanos do Senado Federal, Consultor Geral de Orçamentos Adjunto do Senado Federal, Diretor do Instituto Serzedello Corrêa do TCU, Analista de Controle Externo do TCU e Oficial de Marinha. Atuou como professor de

várias disciplinas na área da Administração Pública, Planejamento Governamental, Finanças e Controle, em diversas instituições de ensino, destacando-se FGV e UERJ, nove livros e mais de duas dezenas de artigos publicados.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8076249652559262>

Graduado em Comunicação Social e mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Possui pós-graduação em Gestão Empresarial (PUC-Rio), em Defesa da Concorrência (FGV) e especialização em Política Regulatória (GWU).

Ricardo é servidor da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e, entre 2018 e 2022, atuou na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, onde foi diretor do departamento de Governança, Secretário Adjunto e Secretário. Foi membro de conselhos de administração de diversas empresas, como a Empresa de Pesquisa Energética, Eletrosul, BNDESPar e BB Seguridade.

RHULIO EGÍDIO DA SILVA REZENDE

Lattes: Não localizado

Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá, com ampla experiência na Administração Pública, incluindo conhecimentos aprofundados em execução orçamentária, celebração de parcerias entre estados, municípios e ONGs com a União, e avaliação de relatórios técnicos de parcerias, conforme a Lei 13.019/2014 e o Decreto 8.726/2016.

Atua no atendimento a representantes da administração pública, auxiliando na resolução de dúvidas sobre parcerias, o que proporciona uma visão abrangente dos desafios da gestão governamental, priorizando eficiência, transparência e inovação.

Além disso, está complementando a formação com o curso de Planejamento e Orçamento Público, para aprimoramento da compreensão sobre gestão orçamentária e aspectos financeiros, capacitando-se para uma atuação estratégica e eficaz no setor público.

RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1316913502773974>

Doutora em Políticas Públicas e Gestão para o Desenvolvimento pela Universidade de Manchester (Reino Unido) e mestre em Economia pela Universidade de Brasília. É Consultora de Orçamentos do Senado Federal, docente em cursos de pós-graduação IBMEC, FGV, IDP, ENAP, TCU, ILB, Escola do Legislativo de Minas Gerais e outras e co-fundadora da iniciativa Elas No Orçamento. Foi Secretária-Adjunta de Planejamento do Estado do Maranhão, EPPGG no Ministério da Economia e Subchefe Adjunta de Políticas Sociais e Assessora Especial para assuntos relacionados à acessão do Brasil à OCDE, ambos na Casa Civil da Presidência da República.

SEBASTIÃO HELVÉCIO RAMOS DE CASTRO

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7639946703395522>

Advogado, médico, doutor em saúde coletiva, escritor, conferencista e palestrante. Já exerceu os cargos de Deputado Estadual, Secretário de Estado, Vice-Prefeito, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) e Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB). Atualmente é Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, Conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (CECAP – TCU), Coordenador do Comitê Governança no Controle Externo – Rede Governança Brasil (RGB), Diretor de Projetos Especiais do Instituto Protege e Professor do Curso de Master Business Administration da HSM University.

SELMA MARIA HAYAKAWA CUNHA SERPA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6096600648926008>

Doutora e Mestre em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), com especializações em Auditoria Governamental pela Escola de Administração Fazendária (ESAF/MF) e pela Japan International Cooperation Agency (JICA-Japão); Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e, Gestão Pública pelo Instituto Serzedelo Corrêa (ISC/TCU). Bacharel em Ciências Contábeis e Administração Pública e de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Auditora Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (1987 a 2017), tendo exercido as funções de Secretária de Fiscalização e Avaliação de Programas (SEPROG), Diretora Técnica e Assessora, com experiência na Administração Pública, com ênfase na avaliação de políticas públicas, auditoria operacional e controle da gestão pública. Ainda no TCU, participou do desenvolvimento, implantação e disseminação da

metodologia de auditoria operacional; e desenvolveu modelo para avaliação dos sistemas de monitoramento e avaliação da Administração Pública Federal; como também, integrou comissão técnica da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do MERCOSUL e Associados (EFSUL) e coordenou o primeiro encontro do Subcomitê de Auditoria Operacional (PAS) da Organização Internacional das Entidades de Fiscalização Superior (INTOSAI). Consultora em auditoria interna para o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. Professora em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de avaliação de programas, auditoria operacional, avaliação da qualidade dos serviços públicos, fiscalização e controle, e, administração de serviços do setor público. Autora de diversos artigos sobre avaliação de programas governamentais, sistemas de monitoramento e avaliação, auditoria operacional e controle da administração pública.

SYLVIA CRISTINA TOLEDO GOUVEIA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7368100504201191>

Doutora pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui bacharelado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), com especialização em Direito Público e em Alta Gestão e Defesa, pela Escola Superior de Defesa; e licenciatura em Letras pela Universidade de Brasília (UnB). Advogada, professora e servidora pública federal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, ocupa, desde 2013, o cargo de Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais. Na Administração Pública Federal, já ocupou os cargos de Coordenadora de Normatização e Apoio Técnico do Fundeb; Coordenadora-Geral de Operacionalização do Fundeb, do Salário-Educação e do Sistema de informações sobre Orçamento Público em Educação SIOPE; Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Educação; e Diretora de gestão de Fundos e Benefícios do FNDE. Possui publicações na área da Educação, Políticas Públicas, Gestão Pública, Políticas Públicas Educacionais, Direito, Educação, Direitos Humanos e Literatura e outras Artes. Participou do processo de discussão e elaboração da Proposta de Emenda à Constituição que tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; coordenou o Comitê Permanente de Avaliação de Custos e Parâmetros de Financiamento da Educação Básica CPACB, foi

membro do Comitê Gestor do FIES, do Comitê Gestor Nacional da Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica, do Fórum Nacional de Educação, do Conselho Superior de Educação Tutorial (PET), além de outros colegiados. Foi, também, Conselheira no Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (2020-2023) e Conselheira Fiscal do Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (2020-2023). Atuou, ainda, como representante do Brasil em assuntos educacionais junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE entre 2019 e 2022, com participação no Digital Education Outlook 2019 - Suécia (palestrante) e Digital Education Outlook 2022 - Irlanda (representante do Ministério da Educação), para além de reuniões institucionais junto à cúpula OECD realizadas em Paris, voltadas à colaboração para a cessão do Brasil à OCDE. Atualmente, ministra cursos e palestras da área de gestão pública, legislação educacional e financiamento da educação. É, ainda, membro do Comitê de Educação e do Comitê de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/DF.

TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA

Lattes: Não localizado

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União desde 2008.

Atualmente é Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional. Foi coordenador de projeto de fortalecimento da auditoria financeira entre 2011 e 2014. Possui experiência profissional e acadêmica nas áreas de contabilidade e gestão pública e em auditoria financeira no setor público.

Possui mestrado em Administração Pública pelo Instituto Universitário de Lisboa (2011), graduação em Ciências Contábeis (2006) e especialização em Auditoria Financeira (2014) pela Universidade de Brasília

VERÔNICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6792328845023326>

Graduada em Relações Internacionais e Mestre em Administração pela Universidade de Brasília UNB, é servidora pública federal desde 2009, da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Atuou na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, de 2009 a 2010. Trabalhou como Coordenadora Geral de Energia Elétrica e Petróleo e Gás da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão de 2011 a 2016. Entre 2016 e 2018, foi Assessora Especial da Casa Civil da Presidência da República, na Coordenação da Agenda de Reformas Estratégicas para o Governo Federal. Em 2019 atuou como Secretária Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, e como Secretária Especial Adjunta do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

No início de 2020, chefiou a Assessoria Especial e em seguida foi nomeada Secretária de Fomento e Parcerias com o Setor Privado do Ministério do Desenvolvimento Regional, a qual conduziu até abril de 2022.

Atualmente Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5957273518308324>

Auditora Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2006, cedida em 2023 ao Ministério do Planejamento e Orçamento para atuar na Secretaria Nacional de Planejamento. Atual Secretária Nacional de Planejamento, também exerceu as funcionalidades de Secretária Adjunta e Diretora de Programas as Áreas Econômicas e Especiais. No TCU, sua atuação esteve centrada no controle da gestão das finanças públicas, tendo ocupado as seguintes funções de assessoramento e direção: Auditora-Chefe Adjunta da Unidade de Auditoria Especializada em Auditoria Financeira e Certificação de Contas; Assessora do Ministro Bruno Dantas; Diretora de Fiscalização do Planejamento e Orçamento Governamental; Assessora da Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Econômica; da Secretaria de Macroavaliação Governamental; e da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, Comunicações e Mineração. Antes do TCU, exerceu os cargos de Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (2005 a 2006) e de Técnico de Controle Interno do Ministério Público da União (2005). Especialista em Orçamento Público pelo Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal (ILB) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb).

VITOR FERNANDO GONÇALVES CORDULA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5747124220393212>

Procurador Federal na Procuradoria-Geral Federal, da Advocacia-Geral da União desde 2014, onde desempenhou funções relevantes de direção na

área contenciosa. Foi Subprocurador-Geral Federal, coordenando a atuação consultiva, contenciosa e de recuperação de ativos das autarquias e fundações públicas federais. Responsável pela representação judicial das autarquias e fundações públicas federais perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Superior do Trabalho. Atualmente é Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ocupou o cargo de Procurador-Geral Federal substituto e de Diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal (2018-2021). Foi Coordenador Nacional de Contencioso da Procuradoria Federal Especializada do INSS (2017-2018).

Como se verifica, a nossa instituição nasce com o privilégio de ser notória especialista. Isso porque o que distingue uma instituição notória especialista entre outros atributos é a equipe técnica, conforme expressamente dispõe o artigo 74 inciso 3 e para elas terceiro da Lei nº 14133 de 2021.

ANEXO I

Trecho do livro **CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO**² em que demonstram que uma empresa pode nascer notório especialista, se possuir a equipe que tenha a notória especialização:

CAPÍTULO 3

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Este capítulo trata do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 que dispõe sobre a espécie inexigibilidade de licitação, que integra o gênero contratação direta sem licitação. Inicia com a evolução histórica do dispositivo e, depois, detalha as várias hipóteses, trazendo para cada uma delas os comentários e requisitos para a contratação.

² Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Murilo Jacoby Fernandes e Ana Luiza Jacoby Fernandes. Editora Fórum.

de-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino.

10. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade.²⁷⁴

Com base nesses fundamentos decidiu:

1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;²⁷⁵

Note, aqui, que a decisão estendeu o conceito de notória especialização a todos os instrutores e professores, tal como Advogados e Contadores há muito tempo pretendiam.

Cabe destacar uma importante sugestão prática que constou da instrução desses autos para aferir qualidade, com o seguinte teor:

[...]

b) é permitido, com fundamentos no § 2º do art. 34, combinado com o § 2º do art. 36, da Lei 8.666/93, que as unidades e entidades da Administração Pública troquem entre si informações cadastrais relativas ao desempenho de profissionais e empresas contratadas para ministrar cursos de treinamento de servidores.²⁷⁶

Apesar da remissão aos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, o entendimento é plenamente aplicável na nova LLCA.

3.7.1.4.2 A notória especialização

Exige a lei, ainda, que a especialização seja notória, e, mantendo coerência com o seu propósito de elaborar uma lei didática, o legislador manteve o conceito que já tem mais de 30 anos, agora no § 3º do mesmo art. 74²⁷⁷.

²⁷⁴ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo TC nº 000.830/98-4. Decisão nº 439/1998 - Plenário. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jul. 1998.

²⁷⁵ *Idem*.

²⁷⁶ *Idem*.

²⁷⁷ BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Organização de textos, remissões da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011 e índices por Ana Luiza Jacoby Fernandes e J. U. Jacoby Fernandes. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

Observe-se que os conceitos vão crescendo até atingir a notória especialização. Primeiro, exige o dispositivo que o serviço esteja arrolado entre os serviços técnicos profissionais especializados, exigindo, portanto, habilitação; depois, exige que o profissional ou empresa seja especialista na realização do objeto pretendido; e, finalmente, que seja notória sua especialização.

A reputação da notoriedade só precisa alcançar os profissionais que se dedicam a uma atividade, sendo absolutamente dispensável ou impertinente a fama comum, que a imprensa não especializada incentiva.

A lei estabelece os parâmetros a serem utilizados para aferição da notoriedade, com o fito de reduzir a margem de discricionariedade e subjetivismo. A lei refere-se ao conceito do profissional ou empresa, para depois estabelecer que aquele deve advir do:

- a) desempenho anterior, pouco importando se foi realizado para a Administração pública ou privada; pode inclusive ocorrer de uma empresa recém-criada ter profissionais que de longa data sejam notórios especialistas;²⁷⁸
- b) estudos, publicados ou não, que tenham chegado ao conhecimento da comunidade da área da atividade;
- c) experiências em andamento ou já concluídas com determinado grau de êxito, capazes de constituir uma referência no meio científico;
- d) publicações, próprias do autor ou incluídas em outros meios de divulgação técnica, revistas especializadas, internet, periódicos oficiais ou não;
- e) organização, termo que se emprega como designativo da forma de constituição da entidade e seu funcionamento, mas que, considerada individualmente, não caracteriza a inviabilidade de competição; somente após o fato de a organização ter conceito destacado com a comunidade dos profissionais do setor;
- f) aparelhamento, significando a posse do equipamento e instrumental necessário ao desempenho da função que, pelo tipo, qualidade ou quantidade, coloque o profissional entre os mais destacados do ramo de atividade;
- g) **equipe técnica, conjunto de profissionais vinculados à empresa que se pretende notória especialista, ou mesmo ao profissional, pessoa física, firma individual. Pode a notoriedade ser aferida pelo nível de conhecimento e reputação dos profissionais ou esse fator constituir um dos elementos da**

²⁷⁸ Reforçando esse posicionamento, o STJ ao analisar recurso em Habeas Corpus assim decidiu: [...]

1. Dois contratos foram celebrados com o compromisso de prestarem os pacientes assessoria técnico-jurídica a empresa pública, dispensando-se a licitação com base no aspecto confiança. 2. Pouco importa que o escritório tenha sido instalado havia apenas dez dias, pois a lei não estabelece prazo mínimo.

3. A advocacia, restrita àqueles inscritos na OAB, já por si só, é trabalho que envolve notoriedade, a dispensar licitação. 4. Fato atípico, ordem concedida. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 24862/MG - 6ª Turma. Relator: Ministro Celso Limongi. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 16 nov. 2009.

aferição de um conjunto de fatores. Em seminário promovido na cidade do Recife, pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas daquele Estado, foi questionado se uma empresa recém-constituída poderia pretender ser contratada com inexigibilidade de licitação, por possuir em seus quadros um profissional de notória especialização. A resposta é afirmativa, porque nesse caso as qualidades do agente agregam-se à instituição à qual serve, ensejando uma aferição direta do profissional que a empresa oferece. Só há restrição à contratação de profissional por interposta pessoa no inciso III desse mesmo artigo. Deve ser lembrado que o § 4º do art. 74 da Lei de Licitações atual estabeleceu vedação à subcontratação. Desse modo, o gestor do contrato representante da Administração²⁷⁹ deverá verificar, no caso de inexigibilidade, se os agentes arrolados como integrantes da equipe técnica estão efetivamente ocupando-se da execução do serviço, ou supervisionando diretamente a execução. Caso relevante foi apreciado pelo colendo TCU, que entendeu afastada a notória especialização numa determinada situação, em que houve a contratação direta de advogado de renome, o qual, mais tarde, subestabeleceu em favor de seu filho os mandatos outorgados, demonstrando que a licitação era viável;²⁸⁰

h) outros requisitos relacionados com suas atividades.

Deixa, aqui, o legislador uma margem à discricionariedade do administrador público para aferir outros elementos não arrolados, mas suficientes para demonstrar a notoriedade do profissional ou empresa. Impende salientar que, no momento de firmar a sua convicção, deve o agente público ter em conta que deverá evidenciar esses meios de aferição para que a sua discricionariedade não seja considerada, mais tarde, arbitrio.

Os outros elementos devem ser pertinentes ao objeto da futura contratação.

3.7.2 Da relatividade à vedação a subcontratação

Infelizmente, o texto da nova LLCA mantém a imprecisão quando da vedação à subcontratação.

A leitura do dispositivo pode dar a entender que a vedação à subcontratação é ampla e irrestrita, o que não corresponde à melhor interpretação.

Obviamente, não se pode permitir a subcontratação das atividades principais, mais relevantes, que justificaram a contratação do notório especialista.

²⁷⁹ Esta matéria é tratada detalhadamente na obra: JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. **Manual de Gestão de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum. 2006, p. 23.

²⁸⁰ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo TC nº 066.425/91-7. Decisão nº 324/1994 - 2ª Câmara. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1994. Seção 1, p. 12196.